

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO  
CRIME ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº                      , DE 2024**

(Do Sr. Ubiratan SANDERSON)

Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. LEWANDOWSKI, para prestar esclarecimentos sobre o vazamento ilegal de relatório da Polícia Federal que indiciou o chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, c/c arts. 219 e 32, XVI, "a", "b", "d", "e", "f", "h", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a CONVOCAÇÃO do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. RICARDO LEWANDOSKI, a fim de que preste esclarecimentos sobre o vazamento ilegal de relatório da Polícia Federal que resultou no indiciamento do chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Claudio Castro.



## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de requerimento que tem como objetivo convocar o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. RICARDO LEWANDOSKI, a fim de que preste esclarecimentos sobre o vazamento ilegal de relatório da Polícia Federal que indiciou o chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Em 31 de julho de 2024, foi veiculada na imprensa informações sigilosas de relatório da Polícia Federal que resultou no indiciamento do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. CLÁUDIO CASTRO, não obstante sua defesa ainda não tivesse tido acesso.<sup>1</sup>

Conforme noticiado na imprensa, o Governador do Rio de Janeiro, Sr. Cláudio Castro foi indiciado na última terça-feira, 30/07, por corrupção passiva e peculato em uma investigação sobre supostos desvios de recursos de programas do governo do Estado entre 2017 e 2020, período em que ele era vereador e vice-governador. A primeira menção sobre recebimento de pagamentos indevidos ocorreu ainda em 2020, em uma das fases da Operação Catarata, que apurava possíveis desvios em contratos de assistência social na administração. O caso começou a ser analisado pela Procuradoria-Geral da

<sup>1</sup> <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/07/31/defesa-de-claudio-castro-alega-vies-arbitrario-e-politico-e-pede-afastamento-de-delegado-da-pf-que-indiciou-governador.ghtml>>. Acesso em 31 de julho de 2024.



República (PGR) em agosto de 2020. Em abril de 2023, o ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acolheu um pedido da PGR e autorizou a abertura de um inquérito pela Polícia Federal contra o governador. Desde então, Castro tem negado as acusações e o processo tramita sob sigilo.

Tais fatos, em conjunto, indicam um possível vazamento de informações sigilosas da Polícia Federal, o que configura, em tese, crime de abuso de autoridade e indica uma possível interferência política no rumo das investigações.

Forte nessas razões, portanto, é que apresentamos o presente requerimento de convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. RICARDO LEWANDOSKI, solicitando o apoio dos nobres pares desta Comissão para sua aprovação.

Sala da Comissão, em        de agosto de 2024.

Ubiratan **SANDERSON**  
Deputado Federal (PL/RS)

